

CORREIO POLÍTICO

Ricardo Stuckert / PR



Lula chega a Nova Dehli sem nada para apresentar

Uso político de IA: hemorragia estancada com band-aid

O presidente do Instituto Brasileiro para Regulamentação da Inteligência Artificial (IRIA), Marcelo Senise, lamenta profundamente que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegue para um encontro de fundamental importância como a Cúpula Internacional sobre o Impacto da IA, em Nova Dehli, na Índia, sem ter nada de concreto para apresentar. Por inação do governo, do Congresso, da Justiça e da sociedade como um todo, o Brasil mostrou-se incapaz de avançar na regulação da Inteligência Artificial em um ano eleitoral, mais uma vez marcado por uma polarização política violentíssima. A Justiça Eleitoral atuará, na opinião de Senise, como alguém que tenta “estancar uma hemorragia com um band-aid”.

Democracia corre risco de sucumbir

Sem medo de parecer alarmista, Senise considera que “a democracia brasileira corre risco real de sucumbir”. Caso não se consiga estabelecer um controle mínimo do uso dessas novas tecnologias, Senise vislumbra um cenário no qual o eleitor não será capaz de discernir o que é real do que é falso. O que pode gerar um cenário de perda absoluta da confiança, de descrédito total nas instituições e nos seus mecanismos de funcionamento.

Valter Campanato/Agência Brasil



TSE terá ferramentas para controlar novas tecnologias?

Bem-vindo ao mundo dos neurobots

Em linha semelhante ao alerta feito antes aqui no Correio Político pelo também especialista em IA Mario Salimon, Senise chama a atenção para um possível erro de foco da Justiça eleitoral, ainda acostumada com os modelos tradicionais. O grande perigo não estará no uso massivo de novas tecnologias para produzir vídeos ou documentos que disseminem fake news. Mas, sim, na possibilidade que as novas ferramentas já têm hoje de conversar individualmente com as pessoas. São os “neurobots”, como classifica Senise.

Conversas em nível individual

“As redes sociais estão infestadas de perfis falsos, robôs, com imensa capacidade de interação sem que se possa identificar se não ou não reais”, diz Senise. “Eles até namoram nas redes sociais”. Mas namorar é o que fazem de mais inofensivo. Os tais “neurobots” infestam-se nas redes e passam a interagir com as pessoas, acentuando o seu convencimento.

POR
RUDOLFO LAGO

Sem preparo

“Então, cada um, a partir daí, vira disseminador de falsidades. Porque hoje é muito fácil criar conteúdos. Não serão exatamente as equipes de campanha que criarão os conteúdos com os quais nós teremos que nos preocupar na campanha eleitoral deste ano”, considera Senise. Não estamos preparados para isso.

Não quis

No ano passado, Senise participou de um seminário internacional no Congresso no qual todos os alertas foram feitos. “O Congresso simplesmente não quis criar uma legislação para blindar a sociedade desses riscos”, lamenta. “Ninguém pode dizer que não tenha sido alertado para uma nova situação”.

Confusão

No fundo, é preciso colocar o dedo na ferida. Até que ponto a média do Congresso estará mesmo disposta a coibir a desinformação? Nas últimas eleições municipais, os casos de Pablo Marçal (PRTB) contra Guilherme Boulos (Psol) e Tábata Amaral (PSB) só agora foram julgados. Ficou ali estabelecido um tipo de padrão.

Blindagem

Para Senise, talvez ainda haja tempo de estabelecer alguma blindagem mais efetiva para as eleições majoritárias – de presidente, governador e senador. Mas é preciso agir rápido. Uma possibilidade: conseguir auditar os neurobots, esses perfis artificiais, conseguindo-os eliminar das redes. O problema: convencer as Big Techs.

Mundo

Talvez o que começa a acontecer no mundo, como a Cúpula na Índia, ou as medidas de controle agora discutidas no Reino Unido, consiga reduzir a resistência das empresas que controlam as ferramentas de redes sociais. Em grande parte, é a ação delas que impede a aprovação de mecanismos de maior controle.

Não é liberdade

Disseminar informação falsa, distorcer a realidade, não é liberdade de expressão. Esse tipo de pensamento não deveria prevalecer. Um mundo que não consiga discernir o que é real do que é falso é imprevisível e perigoso. “Caso isso evolua, o cenário que se enxerga é desolador”, conclui Senise.



Moraes e Toffoli no centro da polêmica no STF

Vazamentos e caso Master aprofundam crise no STF

Divulgação de reunião reservada amplia mal-estar interno

Por Beatriz Matos

Passado o Carnaval, o clima no Supremo Tribunal Federal (STF) permanece carregado. O avanço das investigações sobre fraudes envolvendo o Banco Master, a saída de Dias Toffoli da relatoria do caso e a abertura de apuração sobre vazamento de dados fiscais expuseram fissuras internas e ampliaram o desgaste institucional.

O mal-estar ganhou novo capítulo após o vazamento de trechos da reunião fechada realizada na última quinta-feira (12), quando os dez ministros discutiram a permanência de Toffoli no processo. A divulgação seletiva das falas, consideradas favoráveis ao ministro, causou desconforto entre integrantes da Corte. Toffoli negou ter sido o responsável pela exposição do conteúdo.

Na reunião que vazou, sete ministros teriam defendido a permanência de Toffoli na relatoria. A ministra Cármen Lúcia manifestou confiança no colega, mas ponderou sobre o impacto institucional. O presidente da Corte, Luiz Edson Fachin, cogitou levar o tema ao plenário.

Em paralelo à tensão institucional provocada pelo caso Master, o ministro Alexandre de Moraes determinou a abertura de investigação para apurar acessos considerados irregulares a dados fiscais de ministros do STF e de seus familiares. A apuração foi

incluída no âmbito do chamado inquérito das Fake News.

O inquérito foi instaurado em 2019 por decisão do então presidente da Corte, Dias Toffoli. À época, Moraes foi designado relator sem sorteio e, desde então, o procedimento se expandiu e passou a abarcar diferentes frentes relacionadas a ataques à Corte.

Agora, o mesmo inquérito passou a abrigar a apuração sobre o acesso imotivado a informações fiscais protegidas por sigilo.

Entre os nomes citados está o de Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro. Advogada e sócia-coordenadora de escritório de advocacia, ela passou a ser mencionada no contexto do caso Master porque o escritório assinou contrato com a instituição financeira no valor de R\$ 129 milhões antes de o escândalo vir à tona. O montante e as circunstâncias do acordo suscitaram questionamentos públicos sobre a relação entre o banco e a família de um integrante da Corte, embora não haja decisão judicial que aponte irregularidade no contrato.

A iniciativa de Moraes dividiu o tribunal. Uma ala entende que, diante da gravidade do possível acesso ilegal a dados protegidos por sigilo fiscal, a reação foi necessária. Outra sustenta que a investigação não poderia ter sido instaurada de ofício, sem provocação formal da Procuradoria-Geral da República (PGR).